

Sammy

-9 MAR 1988

É preciso afirmar a autoridade

Ter-se-á convencido, o presidente José Sarney, de que passará à História não insistindo em impor um mandato de cinco anos à Nação, mas realizando a grande reforma da máquina estatal, a qual só pode começar pelo restabelecimento do princípio da autoridade e pelo combate sem tréguas à inflação? Essa mudança de estado de espírito ajudaria, e muito, a explicar os motivos pelos quais o chefe de governo, sem as hesitações que lhe são peculiares, decidiu prestigiar o ministro da Fazenda e restabelecer a escala de comando na área fazendária, num momento particularmente difícil da vida nacional. Prestigiando o ministro Mafson da Nóbrega e demitindo o presidente do Banco do Brasil, implicitamente s. exa. sinalizou para a opinião pública que doravante adotará as medidas que se fizerem necessárias para retirar o Estado do atoleiro em que foi metido pela desídia dos políticos.

O presidente não terá restabelecido a autoridade na escala de comando simplesmente para recuar mais tarde, quando se revelarem em toda sua extensão e profundidade as conseqüências das medidas que os ministérios da Fazenda e do Planejamento se vêem compelidos a adotar para evitar a crise do Estado. O presidente sabe o que significou, do ponto de vista político e administrativo, o gesto de demitir o sr. Camilo Calazans, símbolo do lobby do Banco do Brasil (e, por extensão, da oligarquia), além de representante de fortes interesses regionais, se não setoriais. Por sabê-lo, assumiu com o sr. Mafson da Nóbrega e com todo o País o compromisso de levar a cabo, até o amargo fim, a tarefa de impedir que o déficit público consuma a democracia que está sendo construída dia a dia. Ao conseguir

do presidente que demitisse o sr. Camilo Calazans, e ao aceitar a demissão do sr. Fernando Milliet, o sr. Mafson da Nóbrega venceu a primeira fase de sua campanha para fazer da gestão econômica um repositório de medidas discretas, ortodoxas necessariamente, sem apego a situações políticas. Restam, agora, as outras etapas, mais difíceis porque envolvem grandes forças sociais que serão mobilizadas contra o ministério.

O êxito da política do ministro da Fazenda reside daqui para a frente em que o sr. José Sarney tenha plena consciência de que em política não se pode chegar às margens do Rubicão para fazer um piquenique. Atravessa-se o rio com as conseqüências do ato, ou se recua. O presidente, demitindo o sr. Camilo Calazans, afrontou considerável parte da burocracia do Banco do Brasil, do Banco Central e de empresas estatais, que sempre buscam nessas duas instituições o referencial para suas campanhas reivindicatórias. Deve preparar-se, assim, para enfrentar o grosso da tropa que a oligarquia vai mobilizar contra o sr. Mafson da Nóbrega, mas a rigor objetivando destruir a capacidade de decidir do chefe do governo.

Não será fácil o combate do sr. José Sarney — nem em termos estratégicos nem de popularidade. Desse último ponto de vista, convença-se s. exa. de que os índices que medem sua aceitação pelo povo cairão ainda mais a partir do instante em que se adotar qualquer decisão sobre a URP. Do ponto de vista estratégico, o chefe do governo deve convencer-se de que não está mais lutando contra homens (Funaro ou Bresser Pereira) nem contra forças eleitorais e políticas (o PMDB e o sr.

Ulysses Guimarães), mas contra poderosas forças sociais, contra inequívocos fatores reais de poder.

O primeiro hoje é aquele segmento que está hoje simbolizado no brigadeiro Camarinha, ministro-chefe do EMFA. Propositadamente, damos o brigadeiro Camarinha como símbolo, pois ele de fato o é: sendo ministro-chefe do EMFA, suas posições têm menos repercussão pública do que se fossem assumidas pelo ministro do Exército, mas impressionam, como se do general Leônidas fossem, as áreas decisórias do governo. Convencer os militares de que o Estado e a Pátria, a cuja defesa estão constitucionalmente obrigados, correrão risco se não se adotarem providências dramáticas, não será tarefa fácil. Deve ser empreendida, no entanto, com o rigor necessário — e a maneira de fazê-lo já a enunciamos em suas linhas gerais dias atrás.

O segundo fator real de poder contra o qual o presidente da República se chocará será a burocracia do sistema financeiro. A centralização de uma série de operações vitais para esse sistema no Banco do Brasil e no Banco Central dá à burocracia dessas duas instituições um poder insuspeitado do grande público. Ela tentará mobilizar-se para sustentar o que lhe parece justo, em alguns casos; o que a todos os demais cidadãos aparece como privilegiado, em outros.

Depois, há a oligarquia, essa mescla de burocratas da administração direta altamente situados, com os seus colegas das estatais mais os que, na comunidade de informações, estabelecem as "ligações perigosas". Há muitos anos que a oligarquia comanda as decisões importantes: há décadas que

ela leva o braço empresarial do Estado a crescer; há muitos e muitos anos que impede qualquer providência racional de combate à inflação. Há de acometer contra ela em primeiro lugar, sob pena de quaisquer outras providências serem ridicularizadas e se tornarem ineficientes. Se o presidente Sarney não aproveitar a oportunidade para iniciar de fato o processo de desestatização e desregulamentação da economia, será derrotado pelas forças que desafiou ao demitir o sr. Camilo Calazans a fim de restabelecer a unidade de comando.

Não se esgotam aí os trabalhos que esperam o sr. José Sarney. No seu Ministério, encontrará os que se recusarão a endossar a política do ministro Mafson da Nóbrega; os que, sendo a ela contrários, farão de conta que a apóiam, para sabotá-la no dia-a-dia da administração; os que ameaçarão demitir-se. Esses últimos até prestarão um favor ao sr. José Sarney se se forem: na sociedade e nos grandes corpos burocráticos do Estado o presidente da República saberá encontrar substitutos dispostos a dar de si para salvar o Estado. Os demais, os que enfrentarão abertamente o sr. Mafson da Nóbrega, ou que realizarão trabalho de sapa, deverão ser afastados logo.

Nada mais fazemos do que tirar as conclusões lógicas da decisão do sr. José Sarney, demitindo o presidente do Banco do Brasil. Se por motivos político-eleitorais (o mandato) o presidente não for capaz de enfrentar os fantasmas que despertou, ainda há tempo para voltar atrás e fazer o *mea culpa* perante a oligarquia. Como não acreditamos que a deterioração tenha chegado a esse ponto, confiamos em que o presidente faça afinal a revolução sa-neadora do Estado brasileiro.